



Refere-se aos gastos vinculados diretamente ao desenvolvimento dos produtos da CBV, os mesmos são apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência, abaixo destacamos algumas rubricas. (i) Alimentação - nesta rubrica são registrados todos os gastos com alimentação de atletas e membros de comissão técnica nos eventos nacionais e internacionais de competições de Vôlei de Quadra e Praia. (ii) Direito de uso e imagem - nesta rubrica são registrados todos os gastos com contratos de direito de uso e exploração comercial de imagem, voz e apelido desportivo, de forma coletiva, nos mais variados tipos de mídias, referentes a atletas de Vôlei de Praia ou Quadra e membros de comissão técnica. (iii) Comissão Técnica - nesta rubrica são registrados os valores pagos a título de remuneração pelo serviço prestado dos membros das comissões técnicas das Seleções Quadra e Praia. (iv) Repasse de transferências internacionais - No exercício de 2016 o montante de R\$ 382.967 (R\$ 577.714 em 2015) corresponde a implementação de uma política de repasse às Federações e Clubes dos valores arrecadados com a taxa de 10% cobrada em cada uma das operações de transferências internacionais de atletas do voleibol de quadra. Este recurso é apurado anualmente durante a janela de transferências de atletas para o exterior que é estabelecido pela FIVB entre outubro e maio. No período, todas as negociações concluídas e pagas geram um recurso que será rateado da seguinte forma:

Do valor, 50% serão considerados como receita para os projetos de desenvolvimento da CBV (Museu, Pós-Carreira, VivaVôlei e Universidade). Os outros 50% serão rateados pela cadeia produtiva da modalidade: 20% para o clube do primeiro registro do atleta transferido, 20% para a federação à qual o primeiro clube é filiado, 30% para o último clube do atleta transferido e 30% para a federação à qual o último clube é filiado.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: Transporte aéreo nacional - pessoas, Transporte aéreo internacional - pessoas, Transporte terrestre - pessoas, Transporte terrestre de materiais, Transporte aéreo de materiais.

Nesta rubrica são registrados o custo com transporte de pessoas e materiais referente às competições realizadas em território nacional e internacional. 28 - Despesas com Premiação a Atletas: As despesas com premiações incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são:

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: Vôlei de Praia (Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia, Jogos Olímpicos, Campeonatos Estaduais de CEBBVP, Sul Americano, Mundial, Jogos Pan Americano, Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia - SUB 23), Vôlei Indoor (Jogos Olímpicos, Liga Mundial, World Grand Prix, Campeonato Sul-Americano, Campeonato Mundial Feminino/Masculino, Outros).

Os valores de R\$ 15.536.119 em 2016 (R\$ 11.483.290 em 2015) referem-se às premiações por classificação, conquistas de campeonatos e de torneios esportivos organizados pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e por outras instituições nacionais ou internacionais devidos aos atletas e membros das comissões técnicas, estes valores são apropriados ao resultado do exercício de acordo com o princípio de competência. O aumento em 2016 foi basicamente refletido pelos jogos olímpicos realizado em agosto de 2016 no Rio de Janeiro com a performance da seleção Masculina e as duplas de vôlei de Praia. 29 - Locação: Nesta rubrica são registradas todas as despesas com locação de bens móveis necessários para realização dos eventos de vôlei de quadra e praia organizados pela CBV.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: Locação de arena, Locação de equipamentos, Locação de quadra, Locação de móveis, Locação de banheiro, Locação de salão.

30 - Custos/Despesas com Federações Operacional: Apoio operacional. Administrativa: Contribuições, Ajuda de custo.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: Operacional (Apoio operacional), Administrativa (Contribuições, Ajuda de custo).

As Entidades filiadas à Confederação Brasileira de Voleibol são de suma importância para ajudar a Entidade a atingir sua missão de "liderar o processo de desenvolvimento e disseminação do voleibol brasileiro junto às entidades filiadas em todo território nacional e representar a modalidade com excelência em eventos internacionais". A CBV entende que é através da sua parceria com as entidades filiadas que é possível: aumentar o número de atletas e praticantes do voleibol; consolidar o vôlei de praia; apoiar e incentivar a criação e realização de competições regionalizadas; desenvolver e formar profissionais e gestores esportivos do voleibol, entre outros objetivos estratégicos. Portanto, para alcançar o atingimento da sua missão, no exercício de 2016 a Confederação destinou o montante de R\$ 3.777.521 (R\$ 4.387.309 em 2015) referente a apoio operacional para realização de competições e gestão.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 31 - Despesas Operacionais - Outros Custos (Taxas gerais, Video/som/imagem/comunicação, Impressos, Equipamentos e materiais esportivos, Entretenimento e diversões, Montagens e desmontagens quadra, Material quadra/área de jogo, Estatística, Uniformes esportivos, Seguros, Reunões de trabalho, Outros custos com produtos).

O montante de R\$ 18.883.067 apresentado no exercício de 2016 (R\$ 17.480.485 em 2015) refere-se às despesas operacionais para realização dos eventos. Ao longo desse exercício diversos eventos aproximaram as seleções masculina e feminina do Brasil dos torcedores de diversas partes do País.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 32 - Despesas com Pessoal (Salários, Gratificações, Férias, Remuneração dirigente estatutário, 13º Salário, Diárias, Horas extras, Aviso prévio, Estagiários, Indenizações trabalhistas, Adicional noturno).

A CBV remunera seus dirigentes estatutários conforme previsto no artigo 18 da Lei 12.868/2013.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 33 - Encargos Sociais (INSS, FGTS, PIS, Contribuição sindical patronal).

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 34 - Despesas com Serviços Contratados (Serviços de informática, Assessoria jurídica, Assessoria sistema de gestão, Assessoria de informática, Assessoria de projetos, Serviços de locação de mão de obra, Serviços de provedor, Gestão do negócio, Administração de bilheteria, Assessoria administrativa, Serviços de auditoria, Serviços de guarda material, Assessoria contábil, Serviço de tradução, Serviço de administração cartão de crédito, Assessoria de cargos e salários, Supervisão, Filmagem).

O montante de R\$ 4.748.006 apresentado em 2016 (R\$ 6.192.258 em 2015) reflete os ajustes no modelo de gestão da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) com o objetivo de tornar seus processos administrativos mais transparentes e ao mesmo tempo mais eficazes.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 35 - Despesas de Localização e Funcionamento (Aluguel de imóveis, Transporte aéreo nacional, Energia elétrica, Hospedagem, Água, Transporte aéreo internacional, Telefone, Refeições e lanches, Transporte terrestre de material, Foto, filmes e filmagem, Lavanderia, Material de informática, Material de copa, Impressos, Transporte terrestre, Veículo/combustível, Seguros, Gás, Correio, Condomínio, Assinatura de TV, Material de escritório, Aluguel/leasing de equipamentos, Impostos e taxas, Oficinas e cartórios, Transporte aéreo de material, Simpósios/Seminários, Assinaturas de jornais, Fotocópias, Taxa de manutenção de títulos, Taxa de franquia - aquisição núcleo Viva Vôlei, Doações, Outras despesas de localização e funcionamento, Total).

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 36 - Despesas com Propaganda e Publicidade (Brindes, Camisas de torcidas, Divulgações, Veiculação mídia, Criação, Produção - eletrônica, Outros).

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 37 - Outras Despesas Administrativas (Benefícios sociais, Impostos, taxas e contribuições, Despesas com manutenção, Despesas com marketing e produção, Depreciações e amortizações, Despesa com comunicação, Despesas federações internacionais, Despesa com vendas, Provisão - PCLD, Outras despesas com pessoal, Outras despesas).

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows include: 38 - Resultado Financeiro, Líquido (Receitas financeiras: Rendimentos de aplicações financeiras, Descontos obtidos, Variações cambiais ativas, Juros obtidos; Despesas financeiras: Variação cambial passiva, Despesas bancárias, Juros e IOF, Descontos concedidos).

39 - Seguros (não auditado): A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premias de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 40 - Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco - Considerações gerais: A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O principal controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos no transcorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O quadro abaixo apresenta a composição, por categoria, dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Table with 4 columns: Mensuração, Valor Contábil 2016, Valor Contábil 2015. Rows include: Ativos financeiros disponível para venda (Caixa e equivalentes de caixa), Empréstimos e recebíveis (Contas a receber, Federações nacionais, Federações internacionais, Clubes nacionais), Total de ativos financeiros, Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Convênios, Fornecedores, Provisões com pessoal, Provisões de despesas, Contas a pagar), Total de passivos financeiros.

Os saldos contábeis apresentados para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aproximações razoáveis ao valor justo na data das demonstrações contábeis. Estrutura de gerenciamento de risco: As operações financeiras da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: Risco de Mercado, Risco de liquidez, Risco de crédito. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Entidade de estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Entidade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Entidade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros: A Entidade possui exposição a um único risco de mercado, sendo este o risco de juros. O risco de taxa de juros decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

Table with 4 columns: Nota, Valor contábil 2016, Valor contábil 2015. Rows include: Instrumentos de taxa variável - CDI (Aplicações Financeiras).

As operações com exposição ao CDI são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração entende que as análises de sensibilidade para os instrumentos financeiros sujeitos a risco de juros não são representativas do risco inerente de instrumentos financeiros. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. 41 - Eventos Subseqüentes: O Banco do Brasil renovou por mais quatro anos o contrato de patrocínio com a Confederação Brasileira de Vôlei - CBV. Essa parceria estenderá após os Jogos de Tóquio-2020 que terá o valor de R\$ 218 milhões para a instituição financeira do governo federal, que representa uma redução de 34% em relação ao contrato anterior. No início de 2017, a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) anunciou a Asics do Brasil Comércio de Artigos Esportivos Ltda, como a nova fornecedora de material esportivo de todas as seleções brasileiras, incluindo as equipes de quadra e praia. O novo contrato é válido até a Olimpíada de Tóquio, em 2020, com possibilidade de renovação por mais um ciclo olímpico. A Asics entra no lugar da Olympikus, que era a parceira oficial do vôlei desde 1998. Essa nova parceria também está mencionada na nota explicativa 9.

Table with 2 columns: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV, WALTER PITOMBO LARANJEIRAS, LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA. Rows include: Presidente, CPF 003.589.324-91, Contadora, CRC RJ - 096121/O.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Confederação Brasileira de Voleibol e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação o nosso parecer relativo ao exercício de 2016 encerrado em 31 dias do mês de dezembro. Após minucioso exame dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais e a nós encaminhados pela diretoria da Entidade, todas as Notas Explicativas e necessárias aos documentos citados acima, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução. Apreciamos também o parecer dos auditores independentes, sem ressalvas e datado em 23 de fevereiro de 2017. Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Confederação Brasileira de Voleibol, reconhecem e atestam a precisão do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das mutações do Patrimônio social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício de 2016, apresentado e, propõem a sua integral aprovação, com voto de louvor. Rio de Janeiro, 08 de março de 2017. Sr. Kennedy Davidson Pinaud Calheiros, Presidente do Conselho Fiscal. Sr. Paulo Sérgio de Oliveira, Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Sr. Miguel Angelo Gameleira Vaz, Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Sr. Marcelo Arion Lassen Cordeiro, Membro Suplente do Conselho Fiscal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

o estabelecimento nos contratos de patrocínios com a Entidade da obrigação em regularmentar suas contratações, estabelecendo padrões de governança. Na CBV o foco da auditoria recaiu sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços para Entidade com partes relacionadas entre o período de 2010 a 2013 e na análise dos documentos enviados. Naquela época grande parte das medidas sugeridas pela CGU foram implementadas. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017